





**Relatório Executivo do Projeto  
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos  
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de  
Montes Claros (MG)**

**Análise do Portal da Transparência do Município de Glaucilândia**

Montes Claros (MG)  
2025

## **Apresentação**

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório [www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br) se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

# Análise do Portal da Transparência do Município de Glaucilândia

## 1. Sumário

Este relatório apresenta a análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Glaucilândia, com o objetivo de verificar a disponibilização das informações públicas obrigatórias e avaliar a facilidade de acesso a dados essenciais da administração municipal. A transparência é um elemento fundamental para a efetividade do controle social, permitindo que a população acompanhe a execução orçamentária e fiscal, bem como a gestão de recursos públicos.

A análise foi organizada em grupos de informações essenciais: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Cada grupo foi avaliado com base em critérios específicos, verificando a presença ou ausência das informações no portal.

## 2. Análise dos Dados

O Portal da Transparência de Glaucilândia apresenta muitos grupos com completa conformidade com a legislação, proporcionando ampla capacidade de acompanhamento pela população.

No grupo **Receita**, o portal disponibiliza de forma clara as receitas do Poder Executivo, evidenciando previsão e realização, bem como a classificação orçamentária completa por natureza da receita. Além disso, a lista de inscritos em dívida ativa está disponível, permitindo total rastreabilidade das receitas municipais.

Em **Despesas**, as informações estão detalhadas, incluindo execução (empenho, liquidação, pagamento) e classificação orçamentária completa. O portal também disponibiliza dados sobre beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes.

No grupo **Convênios e Transferências**, o portal oferece dados completos sobre recursos recebidos e repassados, incluindo valores previstos, valores efetivamente transferidos, beneficiários, objetos, origens e datas de repasse. Além disso, acordos sem transferência financeira estão devidamente registrados, com informações sobre partes, objetos e obrigações ajustadas.

Em **Recursos Humanos**, estão disponíveis a relação nominal de servidores e autoridades, cargos, lotações, datas de admissão/exoneração/inativação, carga horária, remuneração nominal, padrão remuneratório, lista de estagiários, terceirizados e editais de concursos. Este conjunto de informações permite acompanhamento completo da gestão de pessoal.

Quanto a **Diárias**, o portal divulga beneficiários, cargos, número de diárias, período, motivo do afastamento e local de destino. Apesar de não disponibilizar a tabela de valores das diárias conforme legislação, as informações registradas permitem compreensão detalhada dos gastos.

No grupo **Licitações**, o portal disponibiliza a íntegra de editais, documentos de fases interna e externa, principais documentos de processos de dispensa e inexigibilidade, Atas de Adesão e listagem sequencial das licitações com objeto e valores. A única lacuna é o plano anual de contratações e a relação de licitantes sancionados.

Em **Contratos**, estão acessíveis a relação dos contratos com resumo, incluindo contratado, valor, objeto, vigência e aditivos, bem como a ordem cronológica dos pagamentos com justificativas. Entretanto, o inteiro teor dos contratos e lista de fiscais não está disponível.

No grupo **Obras**, o portal oferece informações completas sobre datas de início, etapas, percentual concluído, status, previsão de conclusão, quantitativos e preços contratados e executados, e relação de obras paralisadas com motivo, responsável e data de reinício.

Em relação à **Prestação de Contas**, não foram localizados Relatório de Gestão ou RREO, nem resultados de apreciação/julgamento de contas pelo Tribunal de Contas

ou Legislativo, nem RGF. A divulgação da Prestação de Contas do ano anterior também não foi encontrada.

Quanto ao **Planejamento**, não há divulgação de objetivos estratégicos, indicadores, PPA, LDO ou LOA.

Em relação à **Acessibilidade**, o portal está bem estruturado, apresentando símbolo de acessibilidade, exibição do caminho percorrido pelo usuário, opção de alto contraste, ferramenta de redimensionamento de texto e mapa do site, garantindo facilidade de navegação e acesso às informações.

### **3. Considerações Finais e Recomendações**

O Portal da Transparência da Prefeitura de Glaucilândia apresenta conformidade com vários grupos de disponibilização de informações, com destaque para Receita, Despesa, Convênios, Recursos Humanos, Diárias, Licitações e Obras.

Recomenda-se:

1. **Diárias:** incluir tabela ou relação dos valores das diárias conforme legislação local.
2. **Licitações:** divulgar o plano anual de contratações e relação de licitantes sancionados.
3. **Contratos:** disponibilizar inteiro teor dos contratos e lista de fiscais.
4. **Prestação de Contas:** publicar Relatório de Gestão, RREO, RGF e resultados de apreciação/julgamento pelo Tribunal de Contas e Legislativo.
5. **Planejamento:** divulgar objetivos estratégicos, indicadores, PPA, LDO e LOA.

A implementação dessas melhorias permitirá que o portal atinja **total conformidade legal**, elevando a transparência e fortalecendo o controle social, consolidando Glaucilândia como referência em gestão pública transparente.

**Conheça o Observatório do projeto:**

[www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br)